

Sumário

Prefácio	9
Introdução.....	19
I. Influências recíprocas entre a economia e o Direito Tributário.....	23
I.1. Princípios econômicos que informam o Sistema Tributário.....	23
I.1.1. Princípio da Neutralidade.....	24
I.1.1.1. Espécies de Neutralidade.....	28
I.1.1.1.1. Neutralidade Interna.....	28
I.1.1.1.2. Neutralidade Externa.....	29
I.2. Definição de consumo pela perspectiva econômica.....	31
I.3. Repercussão Econômica dos Tributos.....	35
I.3.1. Repercussão econômica e momentos da Incidência Tri- butária.....	37
I.3.1.1. Tributação Monofásica.....	37
I.3.1.2. Tributação Plurifásica.....	38
I.3.1.2.1. Tributação Plurifásica Cumulativa.....	38
I.3.1.2.2. Tributação Plurifásica Não Cumulativa ...	41
I.3.1.2.2.1. Métodos para Apurar o Valor Agregado.....	43
I.3.1.3. Repercussão Econômica e Sujeição Passiva.....	45
I.3.1.4. Repercussão Econômica e Espécies Tributárias.....	46
I.3.1.5. Repercussão Econômica e Regressividade.....	47
I.3.1.6. Repercussão Econômica, Efeito Recuperação e Crédito Presumido.....	52
I.3.1.7. Repercussão Econômica e o Paradoxo do IVA.....	56
II. Histórico da tributação do consumo no Brasil: os erros que não devem ser repetidos pelo IBS e pela CBS.....	59

II.1.	Tributação sobre Valor Agregado no Brasil e no Mundo	59
II.2.	O Colapso do Sistema Tributário do Consumo Anterior à EC nº 132/2023.....	62
II.2.1.	Fragmentação da Competência Tributária entre “bens” e “serviços”	63
II.2.2.	Adoção do Princípio da Origem nas Operações Interestaduais do ICMS.....	66
II.2.3.	Não Adoção do Princípio do Destino nas Operações Internacionais.....	67
II.2.4.	Restrições à Não Cumulatividade	69
II.2.5.	Do acúmulo dos Créditos	73
II.2.6.	Do “Cálculo por Dentro”	74
II.2.7.	Da falta de Transparência.....	75
III.	Novos princípios do Sistema Tributário Nacional.....	77
III.1.	Princípio da Simplicidade.....	78
III.2.	Princípio da Transparência	83
III.3.	Princípio da Justiça Tributária e da Atenuação dos Efeitos Regressivos	85
III.4.	Princípio da Cooperação.....	87
III.5.	Princípio da Defesa do Meio Ambiente.....	88
III.6.	Princípio da Neutralidade.....	90
IV.	Aspecto material do IBS e da CBS.....	93
IV.1.	Operação Onerosa com Bens e Serviços	93
IV.1.1.	Conceito de Operação	94
IV.1.2.	Operação Onerosa: a Contraprestação.....	97
IV.1.3.	Conceito de Bens ou Serviços	98
IV.2.	Operações não onerosas	101
IV.2.1.	Fornecimento Não oneroso ou a valor inferior ao de mercado, “Autofornecimento” e “Fornecimento interno”.....	102
IV.2.2.	Fornecimento de brindes e bonificações.....	105
IV.2.3.	Fornecimento de Bens a Sócio ou Acionista não Contribuintes	106
IV.2.4.	Fornecimento a Parte Relacionada	107

IV.3.	Hipóteses de não Incidência do IBS e da CBS.....	107
IV.3.1.	Não Incidência sobre Fornecimento de Serviços por Pessoas Físicas.....	108
IV.3.2.	Não Incidência nas Transferências de Bens entre Estabelecimentos do Mesmo Contribuinte.....	109
IV.3.3.	Não Incidência sobre Operações Societárias.....	109
IV.3.4.	Não incidência nas Operações com Títulos ou Valores Mobiliários.....	111
IV.3.5.	Não Incidência sobre Doações sem Contraprestação em Benefício do Doador.....	113
IV.3.6.	Não Incidência sobre a Transferências de Recursos Públicos e Demais Bens Públicos para Organizações da Sociedade Civil.....	113
IV.3.7.	Não Incidência nas Operações Internas das Sociedades Cooperativas.....	114
IV.3.8.	Não incidência sobre as contribuições associativas estatutárias.....	116
IV.3.9.	Não Incidência sobre os Honorários de Sucumbência.....	117
V.	Aspecto temporal do IBS e da CBS.....	119
V.1.	Momento da Ocorrência do Fato Gerador do IBS e da CBS: o fornecimento.....	119
V.1.1.	Antecipações dos pagamentos do IBS e da CBS.....	121
V.1.1.1.	Ajustes ao pagamento antecipado.....	123
V.1.2.	O Pagamento como Fato Gerador do IBS e da CBS.....	125
V.2.	Regras Especiais do Momento da Ocorrência do Fato Gerador.....	126
VI.	Aspecto espacial do IBS e da CBS.....	129
VI.1.	Do Domicílio Principal.....	132
VI.2.	Local da Operação com Bem Móvel Material.....	134
VI.2.1.	Local da Operação na Aquisição de Veículo Automotor Terrestre, Aquático ou Aéreo.....	134
VI.2.2.	Local da Operação de Bem Móvel Material Apreendido, Abandonado ou Desacompanhado de Documentação Fiscal.....	135
VI.3.	Local da Operação com Bem Imóvel.....	136
VI.4.	Local da Operação com Serviços Presenciais Vinculados a uma Pessoa Física.....	137

VI.5.	Local da Operação com Serviço de Planejamento, Organização e Administração de Feiras, Exposições, Congressos, Espetáculos, Exibições e Congêneres.....	138
VI.6.	Local da Operação com Serviço Prestado Fisicamente sobre Bem Móvel Material e Serviços Portuários.....	138
VI.7.	Local da Operação com Serviço de Transporte de Passageiros.....	139
VI.8.	Local da Operação com Serviço de Transporte de Carga	142
VI.9.	Local da Operação com Serviço de Exploração de Via.....	142
VI.10.	Local da Operação com Serviço de Telefonia Fixa e demais Serviços de Comunicação	143
VI.11.	Local da Operação nos Serviços de Abastecimento de Água, Gás Canalizado e Energia Elétrica	144
VI.11.1.	Local da Operação nas Aquisições de Energia Elétrica Realizadas de Forma Multilateral.....	145
VI.11.2.	Local da Operação nos Serviços de Transporte Dutoviário de Gás Natural	147
VI.12.	Local da Operação para os Demais Bens ou Serviços.....	148
VI.13.	Local da Operação nas Aquisições Realizadas de Forma Centralizada	149
VII.	Aspecto quantitativo: base de cálculo do IBS e da CBS.....	151
VII.1.	Valor da Operação e não o Valor Agregado.....	151
VII.2.	A Contraprestação como o Valor da Operação	152
VII.3.	Base de Cálculo na Lei Complementar	154
VII.4.	Valores que Integram a Base de Cálculo do IBS e da CBS	155
VII.4.1.	Ajuste do Valor da Operação.....	155
VII.4.2.	Juros, Multas, Acréscimos e Encargos.....	155
VII.4.3.	Descontos Concedidos sob Condição.....	156
VII.4.4.	Valor do Transporte.....	156
VII.4.5.	Valor de Tributos e Preços Públicos Incidentes sobre a Operação ou Suportados pelo Fornecedor.....	157
VII.5.	Montantes que Não Integram a Base de Cálculo do IBS e da CBS...	158
VII.5.1.	Tributos sobre Bens e Serviços Incidentes na Operação.....	158
VII.5.2.	Exclusão dos Descontos Incondicionais.....	159
VII.5.3.	Exclusão de Reembolsos ou Ressarcimentos de Terceiros	160
VII.6.	Valor da Operação em Moeda Estrangeira	161

VII.7.	Base de Cálculo do IBS e da CBS em Caso de Devolução ou Cancelamento	161
VII.8.	Base de Cálculo do IBS e da CBS no Transporte Internacional de Passageiros.....	162
VII.9.	Hipóteses de Arbitramento da Base de Cálculo do IBS e da CBS	163
VIII.	Aspecto quantitativo: alíquotas do IBS e da CBS	165
VIII.1.	A Alíquota do IBS e da CBS e o Pacto Federativo	165
VIII.2.	Da Alíquota-Padrão e da Alíquota de Referência do IBS e da CBS...	167
VIII.2.1.	Da alíquota final do IBS.....	170
VIII.3.	Da uniformidade das Alíquotas.....	171
VIII.3.1.	Redução Constitucional das Alíquotas do IBS e da CBS para Regimes Diferenciados.....	172
IX.	Aspecto pessoal do IBS/CBS.....	175
IX.1.	Sujeito Ativo do IBS e da CBS.....	175
IX.2.	Sujeito Passivo do IBS e da CBS.....	176
IX.2.1.	Contribuinte do IBS e da CBS.....	177
IX.2.1.1.	Contribuinte-Fornecedor pelo Desenvolvimento de uma Atividade Econômica.....	178
IX.2.1.1.1.	Habitualidade	181
IX.2.1.1.2.	Volume	183
IX.2.1.1.3.	Operações de Forma Profissional	183
IX.2.1.2.	Contribuinte-Adquirente	185
IX.2.1.3.	Contribuinte-Importador.....	186
IX.2.2.	Não Contribuintes do IBS e da CBS	188
IX.3.	Responsabilidade Tributária pelo IBS e pela CBS	189
IX.3.1.	Espécies de Responsabilidade Tributária	190
IX.3.2.	Extensão da Responsabilidade Tributária do IBS e da CBS....	191
IX.3.3.	Responsabilidade das Plataformas Digitais.....	192
IX.3.3.1.	Responsabilidade da Plataforma com Fornecedor no Exterior.....	194
IX.3.3.2.	Responsabilidade da Plataforma com Fornecedor no País.....	195
IX.3.4.	Outras Hipóteses de Responsabilidade Tributária do IBS e da CBS.....	198

	IX.3.4.1. Responsabilidade Tributária do Leiloeiro	198
	IX.3.4.2. Responsabilidade dos Desenvolvedores de Software	199
	IX.3.4.3. Responsabilidade por Simulação ou Fraude.....	200
X.	Da não cumulatividade do IBS e da CBS	203
X.1.	Não Cumulatividade Ampla e Imediata	203
X.2.	Do Regime de Apuração.....	207
X.2.1.	Estorno dos Créditos nas Hipóteses de Perecimento, Deterioração, Roubo, Furto ou Extravio	209
X.2.2.	Créditos na Devolução ou Cancelamento por Adquirente Não Contribuinte	210
X.2.3.	Crédito na Aquisição de Fornecedores do Simples Nacional.....	211
X.2.4.	Anulação dos Créditos nas Operações Imunes ou Isentas ...	212
	X.2.4.1. Manutenção dos Créditos na Imunidade de Exportação.....	213
	X.2.4.2. Manutenção dos Créditos nas Imunidades Culturais e de Comunicação.....	214
X.2.5.	Manutenção dos Créditos nas Operações com Alíquotas Reduzidas	215
X.2.6.	Crédito nos Fornecimentos para Adquirente Falido	216
X.2.7.	Inexistência de Créditos nas Aquisições Imunes, Isentas ou Sujeitas a Alíquota Zero, Diferimento ou Suspensão.....	216
X.2.8.	Proibição ao Crédito nas Aquisições de Uso e Consumo Pessoal	217
X.3.	Do Aproveitamento Imediato do Crédito.....	219
X.3.1.	Do Regime de Compensação	220
	X.3.1.1. Da Ordem de Compensação	221
	X.3.1.2. Prazo para Utilização dos Créditos do IBS e da CBS.....	222
	X.3.1.3. Da Não Correção ou Atualização Monetária do Saldo Credor do IBS e da CBS.....	223
	X.3.1.4. Impossibilidade de Transferência a Terceiros do Saldo Credor do IBS e da CBS.....	224
X.3.2.	Do Ressarcimento dos Créditos.....	225
	X.3.2.1. Dos prazos para apreciação dos Pedidos de Ressarcimento.....	226

X.3.2.2. Da Correção Monetária dos Créditos.....	227
X.3.2.3. Suspensão dos Prazos para o Ressarcimento	229
Bibliografia	231